

DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL DE CAMPONESES EGRESSOS DE UM PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA EM ALAGOAS - BR

Maria Reneude de Sá¹

Resumo: Este artigo apresenta uma caracterização sociocultural de um grupo de camponeses assentados da reforma agrária, egressos de um projeto de alfabetização. Mostra que o grupo apresenta uma identidade social comum, construída historicamente por várias gerações de trabalhadores braçais, vinculados à cultura da cana-de-açúcar, marcados por relações de extrema exploração e condições de vida muito precárias. A posse da terra, com aquisição de um pequeno lote da reforma agrária, não resultou em mudanças significativas na sua qualidade de vida. A exclusão social que caracteriza o grupo reflete-se na exclusão escolar. Mesmo tendo a maioria frequentado classes de alfabetização em diversas fases da vida, o grupo continua sem o domínio elementar da leitura e da escrita, fato que denuncia o caráter de *inclusão marginal* das políticas de escolarização oferecidas às camadas populares no Brasil.

Palavras-chave: Educação do campo. Alfabetização de jovens e adultos. Exclusão escolar em populações rurais.

Abstract: This article presents a sociocultural characterization of landless peasant group settled by the agrarian reform and egresses of an alphabetization project. It shows that the group present a common social identity, which was historically constructed for several generations of manual workers. They work at sugar cane culture, where they have had relations of extreme exploration and precarious conditions of life. Although the peasants have received a small lot from the agrarian reform, this ownership of the land did not result in significant changes in their quality of life. The social exclusion that characterizes the group is reflected in the school exclusion. Most peasants have frequented alphabetization classrooms in several phases of their lives. However, the group continue without the elementary domain of reading and writing. This fact indicates the marginal inclusion of the school politics offered to the popular layers in Brazil.

Keywords: Country education. Young and adult alphabetization. Scholar exclusion in rural populations.

¹ Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo da PUC/SP. E-mail: <marensa@ig.com.br>

INTRODUÇÃO

Este artigo traça o perfil sociocultural de um grupo de camponeses egressos de um projeto de alfabetização de jovens e adultos, vinculado ao PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). É um recorte revisado da dissertação de mestrado: *Conhecimento letrado e escolarização: a visão de camponeses assentados da Reforma Agrária em Alagoas* (SÁ, 2002).

Na pesquisa desenvolvida no mestrado adotou-se uma abordagem qualitativa, com visitas aos assentamentos e entrevistas semi-estruturadas, para investigar os motivos que movem pessoas das camadas populares a buscarem a escola insistentemente, mas, quando conseguem acesso, a maioria a abandona, sem ter adquirido as habilidades mínimas de leitura e escrita, porém não desiste de novas buscas.

O diagnóstico que compõe este artigo foi realizado para contextualizar o pensamento dos camponeses, na perspectiva de compreender a constituição desse pensamento a partir da sua gênese, seguindo seu desenvolvimento na trajetória de vida de cada sujeito participante da pesquisa. Nesta perspectiva, foram levantadas e analisadas informações e opiniões dos camponeses sobre família, trabalho, práticas religiosas e de lazer, experiências escolares e outros aspectos relacionados à sua vida cotidiana².

FAIXA ETÁRIA, GÊNERO E COMPOSIÇÃO FAMILIAR

A amostra qualitativa³ da pesquisa constituiu-se de dezesseis pessoas residentes em onze assentamentos rurais, localizados em seis municípios do Estado de Alagoas: Viçosa, Atalaia, Branquinha, Porto Calvo, São Luís do Quitunde e Maragogi.

O grupo compunha-se de nove homens e sete mulheres na faixa etária de dezesseis a cinquenta e oito anos, distribuídos em três segmentos, conforme mostra a Tabela 1. A maioria tinha entre vinte e um e quarenta anos de idade, representando 62% do total. A média de idade era de trinta e um anos. Dados que indicam uma provável predominância de famílias jovens nos assentamentos da Reforma Agrária em Alagoas.

² A concepção de vida cotidiana, neste estudo, apoia-se em Berger; Luckmann (2000).

³ No total, foram entrevistados trinta camponeses selecionados aleatoriamente em onze assentamentos. Na constituição da amostra qualitativa foram escolhidas as entrevistas com maior volume de falas relacionadas às questões pesquisadas. Na transcrição dos depoimentos, procurou-se manter as falas originais dos camponeses, com algumas correções linguísticas, a fim de facilitar sua compreensão. Para preservar a privacidade dos entrevistados, foram adotados nomes fictícios.

Os depoimentos mostraram que a maioria dos entrevistados, num total de doze, assumia responsabilidades familiares como *cabeça da família*⁴. Os quatro jovens, na faixa etária de dezesseis a vinte anos, integravam agrupamentos familiares na condição de filhos.

Tabela 1
Faixa Etária

Faixa etária	Nº	%
16 a 20 anos	04	25,00
21 a 40 anos	10	62,00
41 a 58 anos	02	12,50
Total	16	100

A maioria dos agrupamentos familiares correspondia ao modelo de família nuclear, constituída do casal heterossexual e dos filhos comuns⁵. Foram registradas apenas três famílias nas quais havia filhos de um dos cônjuges com companheiros de relações anteriores e três famílias ampliadas, com a presença de pais, irmãos e sobrinhos de um ou dos dois cônjuges. Em apenas uma família registrou-se a presença de uma pessoa sem relação consanguínea com o casal. Não se verificou nenhum caso de arranjo familiar monoparental. Por esses dados pode-se afirmar que predomina, nas áreas da pesquisa, o “modelo ideal de família”, segundo uma ordem tradicional.

A quantidade de pessoas que compunha os dezesseis agrupamentos familiares⁶ variava de quatro a onze, registrando-se uma média de seis pessoas por família, num total de cento e seis. Desse total, 48% eram maiores de dezoito anos, enquanto 52% eram de crianças e adolescentes com menos de dezoito anos de idade.

Observou-se ainda que dos dezesseis agrupamentos familiares nove constituíam-se de casais jovens, cujos cônjuges apresentavam idade média de trinta e um anos. Estes tinham, no momento da pesquisa, em média três filhos, enquanto os dois entrevistados de maior idade (cinquenta e quatro e cinquenta e oito anos) tiveram, respectivamente, onze e doze filhos.

⁴ Expressão usada na região da pesquisa para denominar o papel de chefe da família, responsável pelo seu provimento econômico e, como tal, investido de autoridade no grupo familiar.

⁵ Na contagem dos membros de cada agrupamento familiar foram consideradas as pessoas residentes numa mesma moradia. Os filhos que moravam em outras residências não foram incluídos.

⁶ O número de agrupamentos familiares corresponde às famílias dos dezesseis entrevistados da amostra qualitativa.

Esses dados indicam que na região pesquisada as famílias camponesas ainda têm um número grande de filhos. Ao mesmo tempo, considerando a prole dos casais mais jovens, é possível afirmar que parece haver uma tendência de redução do número de filhos nas famílias camponesas.

RENDA E MANUTENÇÃO DA FAMÍLIA

Em relação à renda familiar, pelas informações prestadas pelos entrevistados, os dados indicam que em cada família, constituída em média por seis pessoas, somente três trabalham para o sustento de todos. Limitando-se o olhar ao dado quantitativo, é possível inferir que eram as pessoas maiores de dezoito anos que trabalhavam, visto ser esta a média, por família, de pessoas com dezoito e mais anos de idade. Entretanto, a análise dos depoimentos revelou algumas visões sobre “trabalho” que podem levar à revisão desta interpretação.

Observou-se, nos depoimentos, que há uma tendência a se considerar como *trabalho de fato* somente aquele que é exercido pelo *chefe da família*, papel atribuído ao homem adulto, marido e pai e aos filhos homens de maior idade. Poucos *chefes de família* e filhos entrevistados consideraram que suas companheiras e mães trabalhem, mesmo quando participam do trabalho braçal na plantação de lavouras e na criação de animais, no lote de terra da família. As atividades domésticas também não são consideradas trabalho.

Na visão dos entrevistados, “a mulher cuida da casa e dos filhos e ajuda o marido na roça”. Aqui também se constata o modelo tradicional de família, com base na divisão de tarefas por gênero. Cabe ao homem prover o teto e o alimento, o que lhe confere responsabilidade e autoridade sobre a mulher e os filhos. À mulher é reservado o papel de dona de casa, a quem compete cuidar dos filhos, da alimentação, de outras tarefas domésticas e das afetividades, o que lhe confere dignidade.

Curiosamente, na representação do trabalho da mulher há uma divergência quando se refere às mulheres que trabalharam no corte da cana ou em outras atividades remuneradas, antes de se casarem. As próprias mulheres, quando indagadas se trabalhavam, respondiam que “trabalhavam antes de se casar” e que, agora, “cuidam de casa e ajudam o marido na roça”. Respostas semelhantes às dos maridos e filhos em relação a elas.

Das sete mulheres entrevistadas, apenas duas afirmaram que trabalhavam. Uma jovem, de dezenove anos, afirmou que trabalhava na roça com os pais desde pequena e se incluiu, juntamente com o pai, a mãe e um irmão adulto, como provedora da família. A outra é uma senhora de cinquenta e quatro anos que se põe em condição de igualdade com o marido em todas as atividades de trabalho no seu lote de terra.

A análise dessa questão encontra respaldo em estudos que mostram que, embora o padrão tradicional de família no Brasil venha sofrendo alterações desde a década de 1960, com o surgimento do tipo de família igualitária⁷, o modelo tradicional ainda persiste e com maior força nas camadas populares da sociedade. Provavelmente porque o trabalho da mulher das camadas médias assume, especialmente, o caráter de emancipação feminina e realização pessoal, enquanto nas famílias populares, a mulher continua trabalhando por necessidade econômica para ajudar o homem *no sustento da família*. Em muitos casos, a mulher assume integralmente o papel de provedora.

Mesmo assim, em estudo realizado com famílias pobres de Bauru no interior de São Paulo, Lima (2001) constatou que a figura masculina continuava mantendo a superioridade e o poder no contexto familiar por razões que extrapolavam o papel de provedor:

O papel de autoridade masculina é legitimado por suas representações no mundo, na sociedade, na comunidade onde vive. Não somente pelo papel de provedor, pois aqui também a mulher, muitas vezes, compartilha quase e/ou igualmente no sustento da família ou até mesmo o provê sozinha e ainda se desdobra para cumprir os papéis de cuidadora da casa, mãe e esposa, mas pelo significado da figura masculina frente à comunidade, no sentido de proteger, intimidar, assegurar a construção do projeto familiar e impor respeito (LIMA, 2001, p. 70).

No presente estudo, verificou-se que essas características continuam muito fortes no meio rural do Nordeste, provavelmente como herança resistente da formação patriarcal da família nordestina, em especial nas áreas agrocanavieiras.

É importante destacar que as representações contraditórias, observadas em relação ao trabalho feminino, verificam-se, também, em relação às atividades desempenhadas pelas crianças e jovens de menor idade. Mesmo quando relatam as atividades de trabalho executadas pelos filhos, a quase totalidade dos pais afirma que eles “ajudam”, porém quando indagados sobre a idade que tinham quando começaram a trabalhar, todas as respostas indicam que os referidos pais começaram a trabalhar ainda criança ou no início da adolescência. Da mesma forma, quando solicitados a justificar porque não frequentaram escola na infância ou porque a abandonaram, em geral citam o trabalho como um fator impeditivo. Por outro lado, nas justificativas para essa mesma questão, ao se referirem aos filhos, poucos pais apontam o trabalho entre as causas da exclusão escolar.

⁷ Essas alterações se refletiram na Constituição Federal de 1988, pela qual foi abolida a figura do homem como chefe de família.

Conclui-se, dessa forma, que, quando tratam da sua situação pessoal, os homens adultos revelam uma representação de trabalho divergente do entendimento que manifestam ao se referirem às mesmas atividades, quando realizadas pelas mulheres e pelas crianças. O que antes era trabalho, quando desempenhado pelos homens, vira “ajuda” ao ser realizado pelas mulheres e crianças.

A análise acima indica que o número de pessoas que trabalham em cada família, contribuindo para o seu sustento, pode ser maior do que o número apontado pelos dados quantitativos. Também indica que as famílias pobres continuam necessitando, para sua sobrevivência material, de toda a mão de obra familiar, incluindo o trabalho das crianças.

Quanto à renda financeira obtida com a produção dos lotes, as respostas dos entrevistados indicam uma média mensal por família correspondente a 80% do valor de um salário mínimo. Para estimar essa renda, os entrevistados consideraram exclusivamente a parte dos produtos comercializados, excluindo a renda-consumo correspondente aos produtos consumidos pela própria família. Por outro lado, não foram encontrados dados oficiais que possibilitassem avaliar melhor essa questão. É o mesmo problema enfrentado por outros autores, a exemplo de Lages e Ramos (1999) que, em pesquisa realizada no período 1997-98, devido à falta de dados secundários, tiveram dificuldade para realizar estudo sobre a viabilidade econômica dos assentamentos rurais de Alagoas, com vistas a avaliar a melhoria das condições de vida das famílias assentadas.

Entretanto, mesmo considerando essa variável, outros depoimentos e as observações realizadas nos assentamentos mostraram que as famílias assentadas continuam vivendo em condições muito precárias.

ORIGEM E POSIÇÃO SOCIAL DOS CAMPONESES

Todos os entrevistados nasceram no meio rural, são filhos de camponeses muito pobres que sempre trabalharam no campo, em grandes propriedades rurais ligadas à agroindústria canavieira, utilizando toda a mão-de-obra da família para garantir a sobrevivência.

O relato dos mais jovens não difere da fala dos mais velhos. Não se percebe melhoria na trajetória de vida dos três segmentos que compõem o grupo da pesquisa. A história se repete de geração em geração, agravada com as mudanças nos processos de produção no campo, decorrentes da modernização tecnológica.

Do total de entrevistados, treze nasceram na região canavieira do Estado de Alagoas. Seus pais também eram camponeses sem terra, que trabalhavam na lavoura da cana de açúcar, em culturas de subsistência e na criação de animais, nas fazendas da região, onde, também, residiam em condi-

ções muito precárias. Apenas uma entrevistada fez referência à posse, pelo seu pai, de um pequeno sítio em terras de uma usina, onde ela nasceu e sua família vivia há mais de trinta anos.

Pelas características apresentadas, o grupo entrevistado e duas ou três gerações anteriores já se constituíam, em sua maioria, de trabalhadores temporários, cujas relações de trabalho consistiam em formas *arcaicas*, remanescentes dos engenhos de açúcar⁸, como o sistema de parceria, meação e assemelhados, convivendo com relações *modernas* de trabalho, como o assalariamento utilizado na lavoura da cana-de-açúcar e nas usinas, porém, raramente, com registro em carteira de trabalho.

Os relatos indicam que mesmo essas relações de trabalho foram se tornando escassas desde o início da década de 1970. Conforme mostra a literatura estudada, coincide com a modernização da agricultura que reduziu drasticamente a necessidade de mão-de-obra. Essa situação se agravou na década de 1990 com a crise na agroindústria canavieira no Estado de Alagoas e em toda a região Nordeste, em decorrência da perda de competitividade para outras regiões, levando à desativação de usinas e destilarias e à expulsão dos camponeses das propriedades rurais.

Os camponeses expulsos tornaram-se trabalhadores temporários da agricultura, mão-de-obra urbana não qualificada, favelados e indigentes nas médias e grandes cidades e até nas pequenas cidades da própria região onde nasceram. (ANDRADE, 1994; WHITAKER, 1992).

Mesmo assim, o grupo da pesquisa revela uma vivência marcadamente rural, mantendo contatos restritos com o mundo urbano. Todos fazem referências apenas às cidades dos municípios onde se situam os assentamentos e de municípios vizinhos, para onde se deslocam em dias de feira, a fim de comercializarem os produtos da roça.

É um grupo pouco marcado pelo fenômeno da migração. Entre os 16 entrevistados, apenas três nasceram fora de Alagoas. Um dos mais jovens e o mais idoso vieram de Pernambuco, estado que faz fronteira com Alagoas, cujos canaviais se encontram. O terceiro é uma entrevistada que nasceu no Estado de Minas Gerais, a única cuja família apresenta uma trajetória de migrações por diversos estados do Brasil, fixando-se em Alagoas há aproximadamente vinte anos, onde passou a trabalhar nas fazendas de cana-de-açúcar.

IDENTIDADE SOCIAL DO GRUPO DE CAMPONESES

Pesquisas realizadas por Carvalho (1999) em assentamentos rurais das regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil mostraram que as famíli-

⁸ Para aprofundamento do tema, consultar Andrade (1998), Guimarães (1968) e Martins (1995).

as constituintes dos assentamentos provêm de diversas categorias sociais, reunidas na categoria geral de “trabalhadores rurais sem terra”.⁹ Desta forma, uma comunidade assentada pode apresentar uma heterogeneidade social muito grande, resultado das histórias de trabalho e de vida das famílias, construídas nas diferentes relações de produção e de propriedade e nos contextos histórico-sociais em que estiveram inseridas. Depende, também, do processo político que resultou na conquista da terra e das medidas administrativas adotadas pelos órgãos públicos para constituição do assentamento.

Segundo o autor, esses fatores podem gerar, em cada assentamento, uma diversidade de agrupamentos sociais com identidades diferenciadas. Entretanto, é possível encontrar em algumas regiões do país assentamentos compostos de famílias que trazem uma “identidade social comum”, constituindo grupos sociais mais homogêneos.

O reconhecimento dessa diversidade, por parte dos órgãos públicos e de movimentos e entidades sociais envolvidos com a reforma agrária é imprescindível para o desenvolvimento de processos de interação social que poderão dar coesão à nova organização social, que se forma em cada assentamento, dela dependendo, em grande parte, a viabilidade econômica, social e política de cada nova comunidade rural assentada.

No estudo citado, Carvalho (1999) identificou três tipos de identidades sociais, que ele denomina de: identidade construída por relações consolidadas historicamente; identidade construída pela origem e identidade construída pela política. O primeiro tipo é mais freqüente nos assentamentos em que as famílias já eram moradoras de fazendas desapropriadas ou viviam em povoados em seus arredores como arrendatários, parceiros, posseiros, quilombolas e moradores agregados, predominantes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A “identidade social construída por relações consolidadas historicamente”, que interessa mais diretamente a este estudo, é definida pelo autor como aquela que:

(...) se estabelece num longo processo histórico (mais de uma geração) de relações sociais onde as interações face a face, entrecruzadas por diversos planos sociais como parentesco, religião, sexualidade, vizinhança e outros, proporcionaram condições objetivas e subjetivas para que tipificações de hábitos de vida, e as institucionalizações delas resultantes, reconhecidas socialmente, se consolidassem num padrão comum de comportamento social aceito pelos membros dos grupos sociais. (CARVALHO, 1999, p. 23).

⁹ O autor cita as seguintes categorias sociais de trabalhadores rurais: assalariados permanentes e temporários (rurais e rururbanos), arrendatários rurais, parceiros rurais, foreiros rurais, moradores agregados, posseiros, pescadores artesanais, quilombolas, filhos de pequenos proprietários rurais, pequenos comerciantes rurais, populações ribeirinhas e populações extrativistas.

Adotando essa tipologia na análise do grupo participante deste estudo, observa-se que, embora seus integrantes residam em onze assentamentos de seis municípios diferentes, mas localizados na mesma região geográfica, os camponeses entrevistados compõem um grupo social homogêneo, que apresenta uma identidade social comum, construída por rede de relações consolidadas historicamente. Tanto os nascidos no Estado de Alagoas quanto os que vieram de outros dois estados são filhos de camponeses pobres, provenientes de uma região onde se concentra a agroindústria da cana de açúcar desde o período colonial. Seus pais e gerações anteriores foram moradores das propriedades rurais onde trabalhavam. A maioria nasceu nas antigas fazendas desapropriadas, que constituíram os assentamentos.

Há entrevistados que, mesmo assentados, permaneceram nas terras e casas que já ocupavam anteriormente. Mesmo quando passaram à condição de trabalhadores temporários, o nomadismo era praticado nos limites da própria região. Apenas os três entrevistados provenientes de outros estados têm uma história de migração.

Outro traço comum ao grupo é a pouca vivência urbana, conforme foi observado anteriormente, limitando-se a contatos com cidades da região próximas aos assentamentos. Os depoimentos mostraram, também, a existência de hábitos, costumes e visão de mundo semelhantes, reforçando a identificação do grupo com o tipo de “identidade social construída por relações consolidadas historicamente” (CARVALHO, 1999).

SOCIALIZAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS

Os depoimentos dos camponeses indicam a presença muito limitada de formas de socialização nos assentamentos. Aparentemente, predomina entre as famílias um comportamento individualizado, com pouca interação social, mesmo apresentando características que indicam a predominância de identidades sociais comuns, pela origem social e geográfica, conforme se verificou no item anterior. A fraca interação social observada no grupo pode encontrar explicação na situação em que viviam essas famílias, tendo agora, na condição de “proprietários” livres da sujeição, que vivenciar novas formas de socialização num novo ambiente. Lages e Ramos (1999, p. 55), no estudo realizado nos assentamentos de Alagoas, observaram tratar-se de:

(...) pessoas, em sua maioria, massacradas por sucessivos anos de opressão, de baixa remuneração, que muitas vezes chegaram à beira da marginalização social. Sua condição de analfabetos apenas esconde experiências de vida subumanas que agora tentam superar com a condição de novos proprietários rurais.

Neste estudo, detectou-se a existência de associações econômicas em todos os assentamentos. Muitos dos entrevistados afirmaram que participavam das reuniões das associações em busca de informações sobre créditos agrícolas, assistência técnica e outros assuntos relacionados ao seu trabalho na terra. Porém, seus depoimentos revelam as dificuldades que sentem para compreender a fala dos dirigentes das associações e dos técnicos dos órgãos de assistência técnica, em decorrência de sua condição de analfabetos. O depoimento a seguir ilustra essa afirmação:

O presidente chega pra reunião, tem que conversar bonito. Saber ler pra falar com as pessoas. Pra saber o que o cabra tá dizendo. Saber se o que ele tá dizendo se tá certo, tá certo, se tá errado, tá errado. E o cabra tem que ouvir, né? Saber como é o negócio... O cabra entende, mas tem muitos que não... Eu mesmo num entendo. E muitas coisas eu entendo, sabe? Mas tem hora que... Quem tem leitura sabe muitas palavras. Quem tem leitura fala e quem num tem uma palavrinha ainda sabe e muitas o caba num entende... (LOURIVAL, 35 anos).

Apenas um entrevistado do grupo relatou assuntos tratados nas reuniões, demonstrando certa compreensão e engajamento nas atividades da entidade, além de expressar um sentimento de cooperação em relação à comunidade do seu assentamento, conforme mostra o depoimento a seguir:

Quando a gente tá querendo criar um projeto, a gente se reúne, aí ele (o presidente) pensa lá, imagina como é que vai ser e depois ele vem e fala pra gente na reunião, pra vê se a gente aprova ou não. Ah! A gente discute, participa... A gente conversa... Se vê que vai dar certo, a gente continua; se vê que num vai, a gente para por ali mesmo. Porque às vezes a gente pensa sozinho, o presidente pensa sozinho, aí só vê vantagem. Mas quando junta nós tudinho, aí a gente vê onde tá a desvantagem também, né? Aí a gente diz – não tá certo por causa disso, daquilo, daquilo outro... (NORBERTO, 31 anos).

Além da participação em associações, procurou-se investigar a existência de outras formas de socialização na vida cotidiana das famílias camponesas assentadas, relacionadas a atividades religiosas e de lazer. Nesse sentido, os depoimentos mostraram que quaisquer outras atividades, diferentes do trabalho, são raras no cotidiano das famílias camponesas, pelo menos na região onde foi realizado este estudo.

A explicação para esse fato encontra-se, por um lado, nas condições de vida ainda muito precárias, que exigem a ocupação de todos os membros da família, o tempo todo, no trabalho em função da sobrevivência. Por outro lado, os depoimentos também demonstraram e as visitas aos assentamentos confirmaram a carência de espaços destinados a atividades sociais, tais como

parques, praças, campos de esporte, clubes, igrejas e outros. Também não foi registrada a existência de grupos folclóricos, mesmo sendo a cultura nordestina rica em manifestações culturais populares.

Até o exercício de atividades religiosas, outro traço cultural marcante nas comunidades camponesas nordestinas, parece não ser uma prática frequente na vida das famílias assentadas. Dos dezesseis entrevistados, quatro dão indicações de participarem de atividades da Igreja Católica e quatro se declaram “evangélicos”. Os demais não se manifestaram sobre o assunto.

Quanto a atividades de lazer, os entrevistados que se declararam evangélicos demonstraram subtrair de sua vida qualquer atividade *mundana*, que lhes proporcione prazer fora do trabalho e da religião. Esses, quando indagados sobre o que faziam quando não estavam trabalhando e o que faziam para se divertir, todos transferiram o divertimento para as atividades religiosas.

Só os entrevistados mais jovens declararam gostar de ouvir música, citando, inclusive, seus cantores preferidos. Apenas uma das jovens afirmou gostar de dançar, porém só tem oportunidade raramente, quando vai a festas num povoado próximo ao assentamento. Esta é, também, a única que afirma gostar de ler romances e revistas de horóscopo, certamente, porque é a única que sabe ler, ainda que com dificuldade.

Há falas em que o lazer, intermediado pela religião, se transforma em *exercício intelectual*, conforme se observa no depoimento seguinte de um dos entrevistados que se declarou “evangélico”. Nesse depoimento, destaca-se a afirmativa – “a gente vai ler a Bíblia um pro outro...”, quando se sabe que os camponeses entrevistados não dominam a leitura e a escrita. Esse fato se explica pela prática observada em evangélicos que manuseiam a Bíblia, localizando e repetindo trechos memorizados no exercício frequente de escuta nos cultos da igreja.

Pra me diverti eu vejo televisão. É só isso. Só o negocio de um filmizinho quando tem. Quando num tem, eu vejo o jornal em casa. Às vezes vou assim na casa de um vizinho ali de frente, e somente. Farra num tem, num existe. Somente isso: conversar com os amigos, assistir um filme na casa de outro... Porque minha televisãozinha em casa é pequena. Ai tem um amigo de frente e outro de banda que a televisão deles é grande. Ai a gente assiste e já fica lá junto conversando, que eles também são da Assembléia, que é outra igreja. Ai a gente vai ler a Bíblia um pro outro, pra entender como era no tempo de Abraão, como é que se fazia... Começa no livro de Gênesis (gênesis) o princípio do mundo; como se passou, como que tá explicando tudo... A gente pega a conversar aquilo ali, aí a gente vai longe... (JORGE, 36 anos).

Os adultos que não se declararam evangélicos, quando indagados sobre o que faziam para se divertir, disseram que não têm tempo para isso, que seu tempo só dá para trabalhar. Reformulada a pergunta, no sentido de tentar investigar se praticavam alguma atividade de lazer, os mesmos entrevistados

citaram atividades que também são tarefas laborais: costurar roupas dos filhos, apanhar lenha no mato, olhar os animais na roça, rachar lenha, apanhar água no poço, vigiar a roça à noite, ajudar a mulher nas tarefas de casa, entre outras. Apenas alguns dos homens mais jovens afirmaram que, às vezes, gostam de jogar bola, pescar e conversar com os amigos.

O TRABALHO NA VIDA E NA MENTE DOS CAMPONESES

O trabalho constitui-se na atividade central, e quase exclusiva, da vida dos sujeitos camponeses que compuseram este estudo, em conformidade com sua situação de classe, na estrutura social que caracteriza o modo de produção capitalista.

Nos depoimentos, o trabalho aparece como fio condutor da biografia de cada sujeito, fazendo-se presente em sua vida antes mesmo de seu nascimento. Muitas histórias começam assim: “Quando eu nasci meu pai já trabalhava no corte de cana...” O trabalho segue permeando a vida do camponês desde a infância, ocupando quase todo o seu tempo, numa luta incessante e dolorosa para prover sua existência.

Mesmo assim, o camponês pobre vê, de geração em geração, que o trabalho se mostra insuficiente para garantir condições satisfatórias de vida para sua família. Suas experiências parecem confirmar e conformar em sua mente a representação de trabalho como predestinação.

Nesse sentido, considerando a presença histórica marcante das religiões cristãs na cultura nordestina, especialmente da religião católica, seguida de correntes derivadas do protestantismo, a representação sobre o trabalho que o camponês expressa parece ancorar-se na concepção bíblica do trabalho como castigo pela desobediência às ordens divinas e, como tal, se apresenta como uma atividade fatalmente *penosa*, com poucas possibilidades de ser diferente, conforme se observa na seguinte passagem bíblica do Gênesis:

E disse a Adão: Porque destes ouvido à voz de tua mulher e comeste da árvore de que eu te tinha ordenado que não comesses, a terra será maldita por tua causa; tirarás dela o sustento com trabalho penoso todos os dias da tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos, e tu comerás a erva da terra. Comerás o pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra, de que foste tomado; porque tu és pó, e em pó te hás de tornar” (BÍBLIA, Gênesis, cap. 3:17-19, p. 28).

Os sujeitos entrevistados neste estudo começaram a trabalhar antes dos quatorze anos de idade, com exceção de uma entrevistada, que começou aos dezessete anos em trabalho doméstico, em residências da cidade próxima ao sítio onde morava. A maioria afirmou ter-se iniciado no trabalho com

dez anos de idade. Quatro declararam que eram tão pequenos, quando começaram a trabalhar, que não conseguiam lembrar a idade que tinham.

A maioria afirmou que começou a trabalhar na roça acompanhando os pais em atividades, como limpa de mato, semeadura e colheita de grãos, corte de cana e cuidados com animais (gado, cabras, ovelhas e outros), atividades que continuaram desempenhando no decorrer da vida.

Das sete mulheres, três trabalharam como domésticas em residências nas cidades da região, antes de se casarem. Duas enfatizaram que preferiram essa atividade, ao trabalho na roça, porque o achavam “muito pesado”. Como já foi observado em item anterior, o trabalho doméstico em sua residência não é considerado trabalho pelas próprias mulheres, por seus filhos e companheiros.

Dos nove homens, apenas quatro citaram o desempenho de atividades nas cidades da região. Dois adultos trabalharam como ajudantes de pedreiro, outro cavando valetas para instalação de linhas telefônicas e manutenção de linha férrea. O mais jovem afirmou que fazia carretos na feira de uma cidade próxima ao assentamento onde morava. Essas atividades, segundo os entrevistados, eram procuradas para complementar o sustento da família, pois o que conseguiam produzir em sua roça não era suficiente.

A situação precária de trabalho e sobrevivência, manifestada pelos camponeses assentados, pouco foi alterada com a posse da terra. Embora a *posição de proprietários* seja sentida como uma libertação dos vínculos de dependência, submissão e sujeição, pouca mudança houve nas condições adversas de trabalho e na situação de privação, conforme se observa no depoimento a seguir:

Se eu gosto do trabalho que eu faço?... Quer dizer, é bom por uma parte, que assim não tem ninguém que mande na gente aqui. A gente aqui estamos à vontade. A gente aqui é quem manda em nós mesmo. É melhor do que tá empregado assim. Sabe? Agora só que nós não temos um salário fixo, certo! Ai... Isso às vezes tem um pouco de dificuldade. Fora da época de colheita.... Quando é na época de plantar o milho, de plantar o feijão, aí a gente se imprensa um pouco. Ai tem dificuldade, mas isso aí acontece com todo mundo... Eu acredito. Mas tá bom! Tá bom aqui. Tá melhor assim. (NORBERTO, 31 anos).

O sentimento de libertação com a posse do pequeno lote de terra fica mais explícito no longo depoimento de uma moradora das terras da usina desapropriada para instalação do assentamento, tendo ela permanecido morando na mesma casa que ocupava antes:

Olhe, finalmente roça assim civilizada, de dizer d’eu trabalhá desassombrada, só foi desde quando a gente ganhou nosso pedacinho de terra. Trabalhar desassombrada é quando a gente diz – Isso aqui é meu! Anterior eu trabalha-

va com os usineiro... Os usineiro não deixava o pessoal trabalhar aí, nós morador, mas eu, às vez eles deixava. Eles andavam aqui em minha casa e eu falava assim pra eles – Olhe! Se é de tá no mato, deixe eu trabalhar! Deixe eu plantar um pezinho de feijão, um pezinho de macaxeira!... Só era cana! Eles preferia tá o mato tomando conta da terra a deixá nois plantá uma rocinha. Plantava ali e eles mandava arrancar! Mas eu plantava. Uma vez fui nos pé do fiscal, perguntei o nome dele, ele riu, aí eu disse – Ainda bem, meu Jesus, que eu tô vendo um riso na cara dele! Porque quando a gente vê o riso de uma pessoa, a gente ainda tem uma esperança! Aí eu criei coragem e disse – Ô seu Severino, deixe eu plantar um pedacinho aqui de feijão, porque a gente comer só do ganho num dá. Ôi, tanto mato aqui... Deixe eu plantá. Aí a gente plantava, mas era com medo. Eu plantava com medo, pois de uma hora prá outra chegava um e mandava passar o trator. Aí eu perdia meus pingo de suô. Então hoje, Deus deu essa libertação e a providência da gente ter o pedacim de terra da gente. Porque os rico tomaro de conta de tudo e se num fosse a providência, a gente num tinha nada. Se não fosse esse Movimento dos Sem Terra! É por isso que hoje eu trabalho desassombrada. Porque antes, um dia me chegou um usineiro e me disse assim – “Quando a gente num tem terra, num pode plantar um pé de coco”. Aí eu disse – É isso mesmo! Tá certo! Tem razão, que a terra num é minha. Quando eu plantei foi rancado, aí na fazenda deles. E eu hoje, eu planto meu pé de coco, tou vendo ele já vicejando. Plantio lá no meu lotezinho de tudo que eu tenho vontade e posso. Quer dizer, nem tudo, é verdade, mas o que eu posso plantar, eu planto. (D. MADALENA, 54 anos).

O depoimento de D. Madalena, além de retratar a sujeição, característica das relações entre moradores agregados e os proprietários da terra, bem como o sentimento de libertação com a posse do lote, remete à reflexão sobre uma questão crucial – o modelo de reforma agrária praticado no Brasil possibilitará melhoria efetiva da vida das famílias assentadas?

Conforme registra o estudo de Lages e Ramos (1999), o tamanho reduzido dos lotes rurais (três a quatro hectares), a carência ou insuficiência de crédito e de assistência técnica, a ausência ou inadequação de planos de produção e de distribuição dos produtos e o tipo de cooperação existente, reduzem as possibilidades das famílias camponesas assentadas produzirem o necessário para garantir a melhoria da sua qualidade de vida.

As experiências vivenciadas pelos camponeses na relação com o contexto do campo, antes como agregados sujeitos aos patrões e na condição posterior de proprietários livres da sujeição, provavelmente explique a visão contraditória que expressam sobre o trabalho.

De forma geral, os entrevistados expressam representações contraditórias sobre o trabalho do campo. A maioria afirma que gosta desse tipo de trabalho, justificando-o e valorizando-o como um trabalho “digno e honesto”. Chegam a considerá-lo quase uma atividade sagrada, pela relação que mantêm com a terra, enquanto fonte de vida, e pela referência à origem dos pais e antepassados, que nasceram e sempre viveram na roça.

Porém, em resposta a outras questões, os entrevistados se referem ao trabalho da roça como um “trabalho duro”, “muito pesado”, “muito penoso” e “inclemente”, que não lhes garante qualidade de vida e que, pelas experiências históricas do seu grupo social, não apresenta possibilidade de vir a mudar um dia.

Essa visão possivelmente explique porque os camponeses rejeitam o trabalho do campo para seus filhos, manifestando o desejo de que eles estudem para conseguir mudar seu destino, alcançar uma vida melhor do que a deles (pais). Acreditam que, estudando, eles aprenderão uma profissão melhor, que lhes assegurará um salário certo.

A análise dessas representações, considerando o contexto onde foram construídas e as relações sociais que as produziram, indica que o camponês, por um lado, valoriza o trabalho idealizado, ancorado em valores culturais oriundos da crença religiosa numa visão positiva. Essa visão parece encontrar suporte, também, nos benefícios que o camponês vê o trabalho do campo proporcionar aos grandes proprietários de terra e de empreendimentos agropecuários, pela acumulação de bens e pela qualidade de vida que lhes proporciona, sem dor e sem sofrimento.

Por outro lado, o camponês renega o trabalho real, exercido por ele, seus pais, seus avós, enfim, seus iguais, em terras e empreendimentos que não lhes pertencem, nas condições adversas e de exploração em que é executado, ao não lhe proporcionar os benefícios que gera para seus proprietários, contribuindo para a construção de representações que assumem o reverso da moeda. Reflete uma imagem negativa do trabalho que, provavelmente, tenha suporte na mesma crença religiosa que ancorou a visão positiva. Nessas circunstâncias, o trabalho negativado vai se ancorar na predestinação bíblica, que lhe permite, ao mesmo tempo, justificá-lo e se submeter a ele, diante da impotência objetiva para torná-lo positivo.

Essa análise permite inferir que os camponeses não rejeitam o campo, nem repudiam o trabalho do campo em si, mas o trabalho real, exercido nas condições de exploração e sofrimento ao qual vêm sendo historicamente submetidos, desde o início da colonização brasileira. Rejeitam o campo e o trabalho que se objetiva em situações de privações extremas, de afirmação da morte e negação da vida (ANDRADE, 1998; GUIMARÃES, 1968; LOPES, 1978; MARTINS, 1995, 1997; PRADO JÚNIOR, 1998). Conclui-se, portanto, que é esse tipo de trabalho e o destino por ele produzido que o camponês repudia e não quer para seus filhos.

EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DOS CAMPONESES

Além da participação recente na classe de alfabetização do Pronera, os camponeses entrevistados tiveram experiência escolar na infância ou na adolescência, com exceção de três deles.

A idade de acesso à primeira experiência escolar do grupo variou de 6 a 15 anos. Os três mais jovens (dezesseis, dezessete e dezenove anos) tiveram sua primeira experiência entre os seis e sete anos de idade. Os outros dez entrevistados (nove na faixa etária de vinte e três a trinta e sete anos e um com cinquenta e oito anos) tiveram seu primeiro acesso, em média, aos doze anos de idade. Apenas os dois mais jovens (dezesseis e dezessete anos) tiveram experiências escolares mais recentes, enquanto os demais fizeram tentativas de frequentar escola, em média, até os dezoito anos de idade.

Do total de treze entrevistados com experiências escolares anteriores, seis citaram duas passagens pela escola; outros seis referiram-se a uma única passagem e somente um dos mais jovens (dezesseis anos) disse já ter frequentado várias escolas. Sete deles, constituindo-se na maioria, informaram um tempo total de frequência à escola menor que um ano. Apenas uma entrevistada (dezenove anos) informou que teve três anos com frequência regular. Dois, também dos mais jovens (dezesseis anos e dezessete anos) disseram já ter, aproximadamente, cinco anos de estudo, porém em diversas classes, com diversos professores e muitas interrupções durante esse período.

Dos entrevistados, apenas uma jovem, que teve maior tempo e regularidade de frequência, cujas escolas tinham uma estrutura mais permanente, conseguiu adquirir um domínio precário da língua escrita. Com exceção dessa entrevistada, as experiências escolares do grupo ocorreram em classes isoladas, instaladas em fazendas e usinas, onde as famílias trabalhavam e moravam agregadas. Três deles, com mais de trinta anos de idade, informaram que frequentaram classes de alfabetização do Mobral,¹⁰ com menos de quatorze anos de idade.

São várias as causas apontadas pelos entrevistados para justificar o abandono da escola durante a infância ou na adolescência. Dentre as mais citadas pelos mais jovens, destacam-se as mudanças frequentes das famílias para outras propriedades, decorrentes da condição de trabalhadores temporários, a que já estavam submetidas as famílias dos entrevistados desde sua infância, resultado das alterações introduzidas nas relações de trabalho pela modernização da agroindústria canavieira. O depoimento a seguir ilustra essa questão:

A minha escola foi a enxada, porque meu pai andava muito! Aqui, aculá... Num parava, né?... Aí num tinha condição da gente estudar, porque quando ele colocava a gente numa escola, com um mês, dois, já tava de viagem pra ir pra outro lugar, pra outra fazenda. Aí num tinha condição de estudar, andando de cima pra baixo (pausa). Aí eu comecei a estudar, passei dois mês no Mobral, estudava de noite. Aí foi tempo que meu pai saiu de lá de onde a gente morava,

¹⁰ Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado em 1967, durante o regime militar, e extinto em 1985.

aí a gente também num voltou mais, foi morar noutra fazenda e lá num tinha escola. Eu tinha mais ou menos uns doze anos. (LAURA, 37 anos).

A necessidade de ocupar todas as pessoas da família em atividades de trabalho, para assegurar a sobrevivência é, também, apontada pelos entrevistados como causa do abandono da escola:

Já frequentei uma escola pouco tempo, quando eu era pequeno. Eu tinha uns 15 ano. Foi a primeira vez que eu entrei em escola, porque eu nasci e me criei no interior. Meu pai me botava eu só na roça pra trabalhar. Me botaro eu pra mode estudar de tarde. Passei poucos tempo estudando de tarde, aí ele abusava comigo – Ah! Você num aprende nada. Vai é ficar na roça comigo. Aí pronto. Aí eu saí do estudo e fiquei na roça. E aí até hoje. (LOURIVAL, 35 anos).

Alguns depoimentos demonstram a insatisfação de entrevistados adultos que, não tendo consciência das causas estruturais da exclusão escolar, atribuem aos pais toda a culpa por não terem se escolarizado:

Porque eu vou lhe dizer pra senhora, naquela época deu menino, meu pai nunca me botou eu pra estudar. (Pausa) Só no trabalho direto, que nem burro brabo, lá perdido no meio do cercado. Só no trabalho! Só no trabalho! Quando eu chegava, quando eu pedia a ele pra me botar na escola, ele dizia – Num pode. Né pra você ir não. Vai trabalhar pra ajudá-me. Aí, pronto. Aí perdi o interesse. Aí, depois de hoje, eu, eu fico assim, meio revoltado. Eu fico revoltado! Só na inchada, sem saber... Nem do meu nome direito eu sei. (CLOVES, 29 anos)¹¹.

A distância das escolas para as moradias, além da necessidade do trabalho infantil, agrava as dificuldades para os filhos das famílias camponesas frequentarem escola no meio rural. Em diversos casos não havia escola nas propriedades onde os camponeses moravam, tendo que se deslocarem a pé por longas distâncias até outras propriedades, vilas ou até a sede dos municípios onde existiam escolas. Em outras situações, mesmo havendo escolas onde moravam, essas estavam instaladas na sede das propriedades e se tratando de grandes latifúndios; estando as moradias dos camponeses localizadas distantes da sede, continuava difícil o acesso à escola¹².

Outras causas citadas para justificar o abandono da escola relacionam-se à prática pedagógica do professor, aos castigos físicos, aos constrangimentos morais e às interrupções frequentes no funcionamento das classes, especialmente, por falta de professores.

¹¹ Este entrevistado nunca frequentou escola, antes de participar da classe de alfabetização do Proner.

¹² Para aprofundamento da situação histórica do atendimento escolar em Alagoas, consultar Verçosa (1996).

Quanto à participação dos entrevistados nas classes de alfabetização do Pronera, constata-se, em primeiro lugar, que dos dezesseis entrevistados, nove frequentaram o curso de alfabetização até o final e sete desistiram no processo. Observa-se, também, pelos depoimentos, que os motivos que os levaram a retornar à escola são os mesmos que os conduziram a ela na infância e na adolescência, ou seja, o desejo de aprender a ler, escrever e contar, expectativa que, agora, na idade adulta, a maioria vincula às suas atividades no trabalho agropecuário, no lote de sua propriedade.

Nesse sentido, os conhecimentos buscados extrapolam as habilidades de leitura, da escrita e dos cálculos que, nem sempre, situam na escola o *locus* da sua busca. A análise dos depoimentos revela que a constatação pessoal da incompetência da escola real em lhes garantir as habilidades de leitura e escrita leva os camponeses a não remeterem para a escola a aprendizagem de conhecimentos e habilidades letradas específicas, dos quais sentem necessidade em suas atividades.

É curioso observar que a permanência das expectativas dos camponeses em relação à escolarização é acompanhada, no presente, das mesmas condições precárias que lhes foram disponibilizadas na sua oferta na infância e na adolescência. Verifica-se que as ações de escolarização destinadas às populações rurais assentadas, como o Pronera, mantêm, na prática, o caráter emergencial na improvisação dos espaços físicos, dos equipamentos e dos professores, além de não garantir, efetivamente, a continuidade de estudos, conforme demonstram os resultados do projeto desenvolvido em Alagoas (UFAL, 1998; 2000; SÁ, 2000)¹³.

A análise dos depoimentos, neste estudo, demonstra que as dificuldades para a escolarização dos camponeses assumem uma dimensão maior na idade adulta, pelo agravamento das suas condições pessoais, dadas as responsabilidades familiares que lhes consomem mais tempo e preocupação no trabalho e em outras atribuições, resultando em menor disposição física e mental para a atividade escolar. Acrescentem-se, ainda, com base no depoimento dos entrevistados mais idosos, os problemas de doença, entre eles, as oftalmopatias, que limitam as condições pessoais para o estudo.

Dessa forma, observa-se que os resultados obtidos pelos camponeses no curso de alfabetização do Pronera, pelas condições verificadas na sua execução, não diferiram das experiências anteriores, pois o antigo e persistente desejo de “aprender a ler, escrever e contar” não se concretizou para eles, permanecendo um sonho que continua a ser insistente e persistentemente perseguido. O máximo de aprendizagem conseguida limitou-se à *assinatura do nome* por alguns, à *melhoria da assinatura* por outros que, con-

¹³ Para aprofundamento sobre as políticas públicas de educação destinadas à população jovem e adulta no Brasil, consultar, entre outros, BEISIEGEL, 1997; DI PIERRO, 2000; DI ROCCO, 1979; FREITAG, 1984; HADDAD, 1993; 1997; PAIVA, 1987.

forme afirmam, já haviam desenvolvido essa *competência* em outras experiências escolares e em uma minoria diz ter aprendido a escrever e ler algumas *palavrinhas*, enquanto outros nem isso lograram aprender.

O Pronera, pelas características apresentadas, parece incluir-se entre as políticas destinadas à escolarização básica de jovens e adultos que refletem a função de “inclusão perversa”, característica das políticas econômicas no Brasil, denominadas por Martins de “políticas de inclusão precária, instável e marginal”:

As políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países, que seguem o que está sendo chamado de modelo neoliberal, implicam a proposital inclusão precária e instável, marginal. Não são, propriamente, políticas de exclusão. São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam. Esse é um meio que claramente atenua a conflitividade social, de classe, politicamente perigosa para as classes dominantes. (MARTINS, 1997, p. 20).

ESCOLARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS DA FAMÍLIA

Tendo em vista tratar-se de um grupo constituído predominantemente de pessoas jovens, com idade média de trinta e um anos, a maioria tem filhos em idade escolar, na faixa etária de seis a doze anos. Os entrevistados mais jovens, na faixa etária de dezesseis a dezenove anos, que não têm filhos e vivem na dependência dos pais, no relato da composição de suas famílias, citam seus irmãos que também, em sua maioria, têm menos de dezoito anos de idade. Os dois entrevistados mais velhos, D. Madalena (cinquenta e quatro anos) e Seu Antônio (cinquenta e oito anos), são os únicos que têm filhos jovens com mais de quatorze anos de idade, filhos adultos casados e netos.

Dos quatorze agrupamentos familiares que têm crianças na faixa de seis a quatorze anos, a maioria dessas crianças estava frequentando escola na época da realização desta pesquisa. Entretanto, os relatos revelam que as condições de escolarização delas pouco ou quase nada diferem daquelas que seus pais e outros adultos de sua família tiveram na infância, na adolescência e na idade adulta.

A maioria estuda em espaços físicos improvisados em moradias de camponeses, em sedes de associações e em outros locais inadequados para essa finalidade. A situação dos professores quanto à formação, relação de trabalho e outras condições profissionais são mantidas também com poucas alterações.

Os dados indicam que a maioria tende a ter repetida a história de insucesso escolar dos adultos do seu grupo social, pois quase todos, independentemente de idade, encontravam-se frequentando a primeira ou segunda série do ensino fundamental. Muitos já contabilizam várias passagens com interrupções pela escola. Mesmo aqueles que estavam frequentando a segunda e a terceira séries, ainda não haviam aprendido a ler e escrever. Alguns apenas conseguiam assinar o nome.

Essa suposição se apóia, também, nas informações sobre a escolaridade dos jovens com mais de dezoito anos de idade que fazem parte das famílias dos entrevistados. Em sua maioria, esses jovens tiveram passagens por processos de escolarização, continuam analfabetos e, no momento da pesquisa, não participavam de nenhuma atividade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, conclui-se, pela análise realizada, que os camponeses que participaram da pesquisa “*Conhecimento letrado e escolarização: a visão de camponeses assentados da reforma agrária em Alagoas*” apresentaram características socioculturais que os distinguem como integrantes de um grupo com “identidade social por rede de relações consolidadas historicamente”. Todos têm origem camponesa, com pouca vivência urbana; a maioria nasceu na zona canavieira de Alagoas; provêm de famílias vinculadas à cultura da cana-de-açúcar, na condição de trabalhadores braçais há diversas gerações, submetidos a relações de trabalho de extrema exploração, vivendo em condições muito precárias.

Predomina, no grupo, o modelo tradicional de família nuclear, mantendo-se os papéis por gênero, cabendo ao homem prover o sustento da família e à mulher, os cuidados da casa, dos filhos e do marido.

Trata-se de um grupo jovem com idade média de trinta e um anos, apresentando uma média de três filhos por família; dado que indica uma provável redução no tamanho das famílias camponesas na região da pesquisa.

A exclusão social reflete-se na exclusão escolar, expressa no analfabetismo do grupo, apesar de todos os entrevistados terem frequentado classes de alfabetização, fato que dá indícios do caráter de inclusão marginal das ações de escolarização destinadas às camadas populares.

O grupo, em sua maioria, apresentou uma visão contraditórias sobre o trabalho. Ao mesmo tempo em que repudia o trabalho real, pelo sofrimento que causa e por não satisfazer suas necessidades vitais, os camponeses enaltecem o trabalho idealizado, pela relação que mantém com a terra. Nesse sentido, revelam a esperança de melhorar sua qualidade de vida, com o cultivo do lote obtido da reforma agrária, criando condições para permanecerem no campo.

Porém, a posse da terra, dada a precariedade de infraestrutura dos assentamentos, a carência de assistência técnica e apoio financeiro, a ausência de ações efetivas na área social (saúde, educação e lazer) ainda não resultou em mudanças significativas na qualidade de vida das famílias camponesas assentadas.

Finalmente, a análise da realidade investigada induz à conclusão de que, mantidas as mesmas condições de vida e de escolarização do grupo de camponeses integrantes deste estudo, as gerações mais novas tendem a continuar repetindo a história das gerações que as antecederam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. *Modernização e pobreza*. São Paulo: UNESP, 1994.
- ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6ª ed. Recife: Ed. Universitária - UFPE, 1998.
- BEISIEGEL, C. de R. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, n. 4, p.26-34, jan/abr, 1997.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BÍBLIA. Gênesis. *Bíblia Sagrada*. 37ª ed. Trad. de: São Paulo: Ed. Paulinas, 1990. cap. 3, vers. 17-19.
- CARVALHO, H. M. *A interação social e as possibilidades de coesão e de identidades sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ministério Extraordinário de Política Fundiária / NEAD / IICA, 1999. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=206>> Acesso em: 14 ago. 2001.
- DI ROCCO, G. M. J. *Educação de adultos: uma contribuição para seu estudo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1979.
- FREITAG, B.. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1984.
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- HADDAD, Sérgio. Tendências atuais da educação de jovens e adultos no Brasil. In: Encontro Latino-Americano sobre educação de jovens e adultos trabalhadores, Olinda, 1993. *Anais...* Brasília: INEP, 1994. p. 86-108.
- _____. Políticas e gestão de educação de jovens e adultos no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, São Paulo, 1996. *Experiências Internacionais*. Brasília: MEC, IBEAC, 1997(b). v. 1, p. 201-213.
- LAGES, V. N.; RAMOS, V. Á. *Além da conquista da terra: a sustentabilidade dos assentamentos em Alagoas*. Maceió: PRODEMA/UFAL, 1999.
- LIMA, G. A. T. *Estratégias de sobrevivência das famílias pobres de Bauru*: redes de apoio familiar. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade de São Paulo.
- LOPES, J. S. L. *O vapor do diabo*: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SÁ, M. R. Alfabetização de jovens e adultos em assentamentos da reforma agrária em Alagoas. *Educação* – Revista do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. V. 8, n. 13, p.90-96, dez/2000.

_____. *Conhecimento letrado e escolarização: a visão de camponeses assentados da reforma agrária em Alagoas*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

UFAL *Projeto de educação e capacitação de jovens e adultos nas áreas da reforma agrária em Alagoas*. Maceió: UFAL, INCRA, MST, 1998.

_____. *Relatório final do projeto de educação e capacitação de jovens e adultos nas áreas da reforma agrária em Alagoas*. Maceió: UFAL, INCRA, MST, 2000.

VERÇOSA, E. G. *Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias*. Maceió: Edufal, 1996.

WHITAKER, D. C. A. O rural-urbano e a escola brasileira (ensaio de interpretação sociológica). *Travessia* – Revista do Migrante, Rio de Janeiro, n. 12, p.30-35, jan./abr.1992.